

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, submete-se este Relatório da Administração, que demonstra as atividades desenvolvidas pela Companhia no exercício social de 2012, acompanhado dos Pareceres dos Auditores Externos, Conselho Fiscal e da Manifestação do Conselho de Administração para a apreciação dos Senhores Acionistas.

A Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN foi criada em 21 de dezembro de 1965 e instalada oficialmente em 28 de março de 1966 com o objetivo básico de fornecer melhor qualidade de vida e saúde à população com a preservação dos recursos hídricos. Passados 46 anos, a Companhia se mantém fiel ao objetivo traçado, como braço estratégico do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ao lado da Secretaria de Habitação e Saneamento – SEHABS, executando políticas públicas de saneamento básico.

O marco regulatório do saneamento básico, no Brasil, foi institucionalizado pela Lei nº 11.445/07 e a partir daí, cada vez mais, o Governo do Estado do Rio Grande do Sul através da SEHABS e da CORSAN vem fortalecendo as implantações técnicas de planejamento e gestão corporativa, proporcionando uma série de melhorias e expandindo os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. No Rio Grande do Sul, a CORSAN mantém contratos de delegação de prestação de serviços em 325 municípios onde atua nos serviços de abastecimento de água. Em relação ao serviço de esgotamento sanitário, a Companhia possui a concessão em 254 municípios.

O resultado do trabalho desenvolvido em conjunto com a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS, a Agência Estadual de Regulação de Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul – AGERGS e o Ministério Público Estadual, vem de forma exitosa renovando os contratos de prestação de serviços com os municípios gaúchos, denominados Contratos de Programa, implementando, com o apoio do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, à gestão associada dos serviços de saneamento básico.

O ano 2012 se configurou como um ano de estabelecimento do projeto do Governo do Estado de fortalecimento da CORSAN. Este cenário possibilitou a Companhia chegar ao número de 28 novos contratos assinados no ano de 2012, totalizando 245 contratos renovados, o que representa 80% do seu faturamento já garantido sob a forma de contrato de programa. Dos municípios que inicialmente demonstraram interesse em privatizar os serviços, apenas dois levaram a decisão a cabo. Os demais renovaram seus contratos. Um fato inédito foi a vitória da Companhia no processo licitatório para a concessão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário no município de Santa Cruz do Sul. Pela primeira vez em sua história, a Companhia venceu uma licitação em que participaram empresas privadas.

Em 2012, ocorreu a saída litigiosa do município de São Gabriel, que optou pela licitação para prestação de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário, resultando na operação por empresa privada. Também neste período, o município de Ivoti encampou o sistema. No entanto, a Companhia também expandiu sua atuação, assumindo os serviços da localidade de Atlântida Sul. Apesar desta mudança que vem gradativamente ocorrendo, a CORSAN, pela logística dos serviços implementados no Estado, é a operadora que apresenta maior relevância no contexto estadual, abrangendo a maioria dos sistemas e possuindo grande capacidade de geração de economia em escala, com variáveis níveis de complexidade de operação pelos diferentes aspectos geográficos das regiões. A política econômica de subsídio cruzado é o que viabiliza o equilíbrio e a manutenção do mercado. Este equilíbrio é necessário para o atendimento universalizado às diferentes comunidades, principalmente àquelas menos desenvolvidas economicamente.

No exercício de 2012, a política de gestão da Companhia realizou uma série de mudanças administrativas, descentralizando os serviços, agilizando os processos e ampliando os canais de comunicação com o usuário. Para nortear este conjunto de melhorias e reposicionar a CORSAN no mercado, a Companhia iniciou em 2012, o Programa de Aprimoramento Institucional, que será realizado ao longo de 2013 pela empresa Deloitte, com a coordenação de um grupo de trabalho de empregados da CORSAN.

Com o objetivo de acelerar o processo de universalização do saneamento no Rio Grande do Sul, em agosto de 2012, seis empresas/consórcios entregaram estudos técnicos atendendo o chamamento público realizado pela CORSAN para que o mercado apontasse alternativas visando a ampliação da capacidade de investimentos da Companhia, no segmento do serviço de esgotamento sanitário, assim como, de prospecção de novos mercados na área de saneamento básico. Os mesmos encontram-se sob análise técnica da CORSAN com uma previsão de definição para junho de 2013.

A CORSAN ocupa a 30ª posição na classificação das 50 maiores estatais por vendas de acordo com a Revista Exame (Edição Especial – Melhores e Maiores – p. 348 – julho 2012). Considerando vários setores de empresas do Rio Grande do Sul, o indicador de rentabilidade está em 21,7%, colocando a Companhia em 2º lugar a nível estadual.

O indicador riqueza/empregado está em 107.769 ficando em 9º lugar no ranking de serviços de empresas nacionais e em 7º tratando-se de empresas de vários setores do Rio Grande do Sul, de acordo com a Revista Exame (Edição Especial – Melhores e Maiores – p. 536 e 568 – Julho 2012).

Neste exercício os serviços de abastecimento de água, prestados pela CORSAN, foram estendidos a 69.479 novas economias beneficiando aproximadamente 185 mil pessoas. O esgotamento sanitário teve um incremento de 10.348 novas economias, beneficiando aproximadamente 27 mil pessoas.

Variáveis Físicas e Financeiras	Unidade	2012	2011	%
Total Economia de água	ECO	2.421.736	2.371.484	2,12
Total Economia de esgoto	ECO	273.481	265.358	3,06
Empregados em Atividade	Pessoas	5.138	5.277	-2,63
Volume Disponibilizado	1.000 m³	502.258	501.129	0,23
Receita Operacional Líquida	R\$ milhares	1.732.370	1.558.910	11,13
Custos dos Serviços	R\$ milhares	1.125.410	905.212	24,33

Obs.: As variações de 2011 para 2012 têm origem principalmente na desvinculação dos sistemas dos municípios de São Gabriel e Ivoti e seus distritos e a assunção de Atlântida Sul.

Repetindo o que já vem acontecendo ao longo dos anos, em 2012 a CORSAN recebeu novamente a certificação de Responsabilidade Social concedida pela Assembleia Legislativa do RS pela apresentação dos resultados relativos ao ano de 2011.

Em 2012, as ações tiveram continuidade nos projetos contratados de 2009 à 2012, além de novos projetos que estão em fase de elaboração e análise para novos processos licitatórios contemplados com recursos provenientes do PAC, e de ações pontuais com recursos próprios.

O volume de recursos aplicado pela Corsan na expansão dos sistemas de água e esgoto, em melhorias operacionais, comerciais e empresariais, em 2012, chegou a marca de R\$ 203 milhões, sendo mais de 58% deste montante dedicados a investimentos em esgotamento sanitário, e o volume total de recursos liquidados pela Companhia no período, incluindo a ação Apoio Administrativo e Qualificação da Infraestrutura, somam mais de R\$ 1,3 bilhões.

Ainda durante o ano de 2012, a CORSAN garantiu, para os próximos anos do plano plurianual, a contratação do montante de R\$ 464.725.507,78, para obras e projetos de saneamento, via PAC 2, conforme tabela abaixo:

No quadro a seguir é apresentado o demonstrativo financeiro de investimentos realizados em 2012:

PROGRAMA	ORIGEM DE RECURSO		
	PRÓPRIO	TERCEIROS	TOTAIS
Abastecimento de Água	42.760.735,13	30.733.182,42	73.493.917,55
Esgotamento Sanitário	51.848.624,54	67.179.602,30	119.028.226,84
Desenvolvimento Comercial	2.901.661,47	-	2.901.661,47
Desenvolvimento Empresarial	10.673.484,48	-	10.673.484,48
Desenvolvimento Operacional	9.929.777,82	6.347.125,74	16.276.903,56
TOTAIS	118.114.283,44	104.259.910,46	222.374.193,90

O Trabalho Socioambiental é parte integrante do valor do investimento em projetos com recursos de financiamento, é estabelecido contratualmente o percentual mínimo entre 1,0% e 3,0% dos recursos destinados. Atualmente o Programa Socioambiental, através de recursos de financiamento do PAC, atua nos municípios de: Alegrete, Bento Gonçalves, Cachoeira do Sul, Canela, Gramado, Glorinha, Ijuí, Passo Fundo e Santa Rosa.

Na gestão do capital humano, foi consolidada uma política de recursos humanos que contemplou a contratação de novos funcionários, desenvolvimento funcional, crescimento na carreira e desligamento voluntário. Em 2012, a Corsan passou a dar oportunidade a jovens que cumprem medida sócio educativa dentro das políticas de inclusão social do Governo do Estado. Para isso, a Companhia firmou Termo de Cooperação com o Estado do Rio Grande do Sul através da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos, com a Fundação de Atendimento Sócio-Educativo do RS (FASE) e Centro de Integração Empresa Escola (CIEE), dando oportunidade de qualificação profissional a mais de 160 jovens a cada ano.

O corpo de Gestores da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN agradece aos Acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Habitação e Saneamento – SEHABS, aos Clientes dos Sistemas de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário, aos Empregados, aos Órgãos Reguladores e Fiscalizadores, aos Fornecedores e Instituições Financeiras, pela excelência nos relacionamentos e nos êxitos obtidos no exercício findo.

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2012.
A Administração da CORSAN

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	ATIVO	
		2012	2011
CIRCULANTE		396.836	402.010
Caixa e equivalentes de caixa	5	27.168	76.665
Aplicações financeiras	5	25.085	16.923
Contas a receber de clientes	6	213.844	213.461
Estoques	7	41.079	34.431
Depósitos judiciais	20	64.529	46.844
Impostos a recuperar		12.889	-
Outros créditos	9	12.242	13.686
NÃO CIRCULANTE		2.510.689	2.278.851
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		639.621	640.807
Contas a receber de clientes	6	5.142	9.227
Depósitos judiciais	20	75.050	109.525
Aplicações no caixa único do estado		458	176
Ativos financeiros – contratos de concessão	10	411.681	393.852
Créditos fiscais diferidos	8	137.345	120.212
Depósitos em garantia	15	2.753	-
Outros créditos	9	7.192	7.815
INVESTIMENTOS		911	811
IMOBILIZADO		83.180	84.064
INTANGÍVEL		1.786.977	1.553.169
TOTAL ATIVO		2.907.525	2.680.861

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	
		2012	2011
CIRCULANTE		480.593	435.237
Empréstimos e financiamentos	14	90.000	85.876
Debêntures	15	45	-
Fornecedores	16	95.549	94.125
Impostos e contribuições		43.763	33.204
Impostos e contribuições – parcelamentos	17	402	1.170
Dívidas com Fundação CORSAN	22.b	21.607	19.629
Ordenados, férias e encargos a pagar		47.235	42.361
Provisões para riscos trabalhistas	20	83.285	48.849
Participação nos resultados		25.321	26.758
Dividendos e juros sobre o capital próprio		62.912	74.679
Outros débitos	18	10.474	8.586
NÃO CIRCULANTE		1.179.076	1.151.397
Empréstimos e financiamentos	14	305.516	311.578
Debêntures	15	16.102	-
Fornecedores	16	5.614	13.342
Impostos e contribuições – parcelamentos	17	-	390
Dívidas com Fundação CORSAN	22.b	129.251	131.399
Contratos de repasse	19	3.248	-
Provisão para riscos fiscais cíveis e trabalhistas	20	173.862	214.971
Provisão para benefício pós-emprego	21	534.756	467.649
Débitos fiscais diferidos	8	10.727	12.068
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.213.772	1.079.048
Capital social		657.351	657.351
Reservas de capital		17.148	17.148
Reservas de lucros		450.314	313.288
Outros resultados abrangentes		88.959	91.261
Adiantamento para futuro aumento de capital		34.084	15.179
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL	22	1.247.856	1.094.227
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.907.525	2.680.861

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

RECEITA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	Nota	DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011	
		2012	2011
RECEITA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	24	1.732.370	1.558.910
Custos das vendas, serviços e de construção	25	(1.125.410)	(905.212)
LUCRO BRUTO		606.960	653.698
Despesas comerciais	25	(40.420)	(56.018)
Despesas administrativas	25	(317.678)	(270.425)
Outras receitas operacionais		7.429	2.413
Outras despesas operacionais		(11.359)	(5.793)
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	26	2.619	4.938
Receitas financeiras		62.123	74.901
Despesas financeiras		(59.504)	(69.963)
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA	8.a	247.551	328.813
Contribuição social		(23.097)	(28.208)
Imposto de renda		(59.121)	(54.920)
Contribuição social diferida		4.859	1.968
Imposto de renda diferido		12.274	(16.373)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		182.466	231.280
LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO		0,34336	0,43521

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO - CORSAN

Companhia Aberta - CNPJ 92.802.784/0001-90
Rua Caldas Júnior, 120 - 18º Andar - Ed. Banrisul - Porto Alegre
www.corsan.com.br



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	2012	2011
Receitas	1.900.298	1.689.883
Vendas de mercadorias e serviços	1.649.440	1.522.934
Receitas de construção	239.939	179.628
Provisão para devedores duvidosos – reversão/constituição	10.984	(12.569)
Outras receitas	(65)	(110)
Insumos adquiridos de terceiros	(674.577)	(575.690)
Custos dos serviços	(587.812)	(478.784)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(115.387)	(98.140)
Outros	28.622	1.234
Valor adicionado bruto	1.225.721	1.114.193
Depreciação e amortização	62.844	64.804
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.162.877	1.049.389
Valor adicionado recebido em transferência	69.552	77.319
Receitas financeiras	62.123	74.901
Doações e subvenções	7.429	2.418
Valor adicionado total a distribuir	1.232.429	1.126.708
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	662.823	490.356
Remuneração	378.112	370.266
FGTS	21.259	20.548
Benefícios	141.562	89.496
Fundo de previdência	121.890	10.046
Impostos, taxas e contribuições	306.020	315.944
Federal	294.842	310.479
Estadual	7.394	4.374
Municipal	3.784	1.091
Remuneração de capitais de terceiros	81.120	89.128
Despesas financeiras	59.504	69.963
Aluguéis	21.616	19.165
Remuneração de capitais próprios	182.466	231.280
Juros sobre o capital próprio	47.742	38.886
Dividendos propostos	-	16.493
Lucros retidos	134.724	175.901
Total do valor adicionado distribuído	1.232.429	1.126.708

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	2012	2011
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	182.466	231.280
Outros resultados abrangentes	-	-
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	182.466	231.280

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 e 2011

(Valores expressos em milhares de reais)

	2012	2011
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	247.551	328.813
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	62.844	64.804
Baixa de imobilizado e intangível	65	1.658
Provisão para devedores duvidosos	(10.984)	12.569
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	(12.980)	36.811
Provisão para benefício pós-emprego	67.107	(24.624)
Juros e variações monetárias	57.350	42.373
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(18.166)	(25.298)
Margem na construção de obras – contratos de concessão	(10.134)	(7.022)
Imposto de renda e contribuição social – pagos	(82.218)	(83.128)
Provisão para tributos diferidos	-	4.236
Lucro líquido ajustado	300.435	351.192
Variações nos ativos e passivos		
Variações nos ativos:		
Redução (aumento) de contas a receber de clientes	14.686	(48.017)
Aumento (redução) de estoques	(1.877)	3.373
Redução (aumento) de depósitos judiciais	16.790	(29.467)
(Aumento) redução de rendimentos SIAC	(282)	7.843
Aumento de depósitos em garantia	(2.753)	-
Redução (aumento) de outros créditos	(10.485)	8.888
Variações nos passivos:		
(Redução) de fornecedores	(7.980)	(35.414)
Aumento de impostos e contribuições	10.559	6.855
(Redução) de impostos e contribuições – parcelamentos	(1.158)	(1.151)
(Redução) de dívidas com Fundação CORSAN	(15.979)	(25.810)
Aumento de férias e encargos a pagar	4.874	132
(Redução) aumento de participação nos resultados	(1.437)	6.672
Aumento (redução) de outros débitos	547	11.493
Caixa líquido das atividades operacionais	305.940	256.589
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	(8.163)	6.213
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(12.262)	(8.785)
Custos de construção – contratos de concessão	(229.805)	(172.606)
Outras aquisições intangível	(48.403)	18.745
Outros investimentos	(100)	-
Caixa líquido das atividades de investimento	(298.733)	(156.433)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos – captação	70.767	43.337
Empréstimos e financiamentos – pagamento	(106.262)	(112.140)
Contratos de repasse – Governo Federal	-	46.887
Contratos de repasse – Governo Estadual	3.248	-
Debêntures – captação	16.147	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	18.905	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio – pagamento	(59.509)	(34.971)
Caixa líquido das atividades de financiamento	(56.704)	(56.887)
Aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa	(49.497)	43.269
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	27.168	76.665
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	76.665	33.396
Variação de caixa e equivalentes de caixa	(49.497)	43.269
Itens que não afetam caixa (Nota 2.1)		
Aumento de capital com créditos	-	153.509

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Nota	Capital social	Auxílio para obras	Doações e subvenções para investimentos	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados	Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de capital	Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
Saldos em 31 de dezembro de 2010	503.842	9.262	7.886	28.477	78	124.844	75.249	-	749.638	-	749.638
Integralização de capital	153.509	-	-	-	-	-	-	-	153.509	-	153.509
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.179	15.179
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	16.012	(16.012)	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	231.280	231.280	-	231.280
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:											
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(38.886)	(38.886)	-	(38.886)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(16.493)	(16.493)	-	(16.493)
Constituição de reservas	-	-	-	11.564	31	148.294	-	(159.889)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2011	657.351	9.262	7.886	40.041	109	273.138	91.261	-	1.079.048	15.179	1.094.227
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.905	18.905
Realização da reserva de reavaliação	22.c	-	-	-	-	-	(2.302)	2.302	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	182.466	182.466	-	182.466
Destinações propostas à Assembléia Geral Ordinária:											
Juros sobre o capital próprio	22.d	-	-	-	-	-	-	(47.742)	(47.742)	-	(47.742)
Constituição de reservas	22.e	-	-	9.123	1	127.902	-	(137.026)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2012	657.351	9.262	7.886	49.164	110	401.040	88.959	-	1.213.772	34.084	1.247.856

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

1. INFORMAÇÕES SOBRE A COMPANHIA

A Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010. A Companhia passou a operar de forma efetiva, a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria Estadual de Habitação e Saneamento.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais; bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua complementarmente às atividades dos Municípios sob regime de concessão pública, oferecendo neste contexto um serviço público essencial e de interesse local. É neste ambiente operacional, através de processos licitatórios, que a Companhia conquista e atua em seus diferentes mercados das regiões do Rio Grande do Sul.

A Lei nº 11.445 de 05 de janeiro de 2007 estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico e desta forma os serviços públicos são prestados com base nos princípios fundamentais da universalização do acesso, integralidade, e maximização da eficácia das ações e dos resultados. Assim, a CORSAN realiza suas atividades de forma adequada à saúde pública e à proteção do meio ambiente, respeitando a vida e os patrimônios público e privado. Por prestar serviço público essencial, está articulada com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante. Visa a

sustentabilidade econômica e a integração das infraestruturas e serviços com a gestão eficiente dos recursos hídricos.

Atua em 320 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e concomitantemente, em 41 municípios com sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 245 municípios as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei 11.445/07. Em 31 de dezembro de 2012, há 26 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas estabelecidas pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), e de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB").

A autorização para conclusão destas Demonstrações Financeiras ocorreu na reunião de diretoria de 12 de março de 2013.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

Para efeitos de comparabilidade com o exercício de 2012 alguns dados divulgados em 2011 foram reclassificados, sem alterar, no entanto, os resultados finais.

A Companhia aprimorou seus controles quanto à classificação e segregação entre curto e longo prazo dos seus ativos e passivos, conforme sua natureza e expectativa de realização. Desta forma, o saldo de 31 de dezembro de 2011 apresentou as seguintes reclassificações: I) contas a receber de clientes (R\$9.227), II) depósito judicial (R\$46.844), III) fornecedores (R\$6.638) e IV) provisão para riscos trabalhistas (R\$48.849).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

2.1) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.2) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência, conforme o consumo estimado entre a data da última leitura e o final de cada mês, tendo por base o consumo médio histórico de cada cliente.

2.3) Ativos financeiros – contratos de concessão

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estas contas a receber, são classificadas no ativo não circulante, considerando a expectativa de recebimento destes valores, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.4) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado. O valor provisionado é considerado suficiente para a expectativa de perdas na realização dos créditos.

2.5) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o custo de realização. Provisão para perdas é registrada com base na expectativa de perda por avarias ou obsolescência.

2.6) Investimentos

Os investimentos estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.7) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados a atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos.

A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

• Edifícios.....	25 anos
• Máquinas.....	10 anos
• Veículos.....	5 anos
• Demais bens móveis.....	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no período em que o ativo for baixado.

O valor residual e vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído são capitalizados como parte do correspondente ativo. Custos de empréstimo compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos ao empréstimo.

A Companhia revisa a vida útil-econômica desses ativos anualmente. Em 31 de dezembro de 2012, revisou e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos.

2.8) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. Os contratos de concessão são firmados com os municípios, sendo os contratos similares em termos de direitos e obrigações do concessionário e do poder concedente. A Companhia reconhece como um ativo intangível o direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

Os contratos de concessão representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação controlada pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do RS – AGERGS, pelo período de tempo estabelecido nos contratos de concessão. A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários durante o período de concessão. O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.13, e o valor do ativo financeiro – trazido a valor presente – referente ao direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização, acrescido de correção monetária, quando aplicável nos termos do IAS 29.

O ativo intangível tem sua amortização iniciada quando este está disponível para uso, em seu local e na condição necessária para que seja capaz de operar da forma pretendida pela Companhia. A amortização é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens ou prazo de concessão, como segue:

	Vida útil do intangível	Prazo médio de concessão
Sistemas de água.....	60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto.....	60 anos	25 anos
Bens de uso geral.....	10 anos	25 anos

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia, ou o prazo final da concessão, o que ocorrer primeiro. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

A amortização do ativo intangível é cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido ou baixado ou deixando de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro.

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2012, R\$ 411.681 como contas a receber do poder concedente (municípios), referentes ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$393.852 em 31 de dezembro de 2011). Estes valores foram ajustados aos respectivos valores presentes no reconhecimento inicial, tendo sido descontados pelo custo médio ponderado de capital. Os valores dos ativos intangíveis foram reconhecidos pela diferença entre o valor justo dos ativos construídos ou adquiridos para fins de prestação dos serviços de concessão e o valor contábil dos ativos financeiros reconhecidos. A Companhia não possui nenhum contrato de concessão oneroso.

2.9) Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros são classificados como ativos e passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, empréstimos e financiamentos ou instrumentos derivativos. A Companhia determina a classificação de seus instrumentos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ela se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2012 e 2011 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e contas a receber de clientes. Esses ativos foram classificados nas categorias de ativos financeiros a valor justo por meio de resultado e/ou empréstimos e recebíveis.

Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores e empréstimos e financiamentos.

A Companhia não realizou durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011, operações com instrumentos derivativos.

Reconhecimento inicial e mensuração

Os instrumentos financeiros são inicialmente registrados ao seu valor justo acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão, exceto no caso de ativos e passivos financeiros classificados na categoria ao valor justo por meio do resultado, quando tais custos são diretamente lançados no resultado do exercício.

Mensuração subsequente

A mensuração subsequente dos instrumentos financeiros ocorre a cada data do balanço de acordo com a classificação dos instrumentos financeiros nas seguintes categorias de ativos e passivos financeiros: ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis, empréstimos e financiamentos, ativos financeiros e disponíveis para venda.

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado

Instrumentos financeiros a valor justo por meio do resultado incluem ativos e passivos financeiros mantidos para negociação ou aqueles designados no reconhecimento inicial a valor justo por meio do resultado. Os instrumentos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem adquiridos com o objetivo de venda no curto prazo.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Após a mensuração inicial, esses ativos financeiros são contabilizados ao custo amortizado, utilizando o método de juros efetivos (taxa de juros efetiva), menos perda por redução ao valor recuperável. O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer desconto ou "prêmio" na aquisição e taxas ou custos incorridos. A amortização do método de juros efetivos é incluída na linha de receita financeira na demonstração de resultado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas, no resultado, como despesa financeira ou despesa comercial, conforme a natureza do ativo financeiro ao qual a perda se relaciona.

Empréstimos e financiamentos

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos.

2.10) Provisões

Gerar

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, é provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação, e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

Provisão para crédito de liquidação duvidosa

A provisão para crédito de liquidação duvidosa é constituída em montante considerado suficiente pela Administração para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos.

2.11) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação CORSAN, Entidade Fechada de Previdência Complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação é do tipo "benefício definido" e a avaliação é procedida por atuário independente. De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 600 de 2009, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos como receita ou despesa quando os ganhos ou perdas atuariais acumulados líquidos não reconhecidos para cada plano no final do período-base anterior ultrapassarem 10% da obrigação por benefícios definidos ou o valor justo dos ativos do plano naquela data, dos dois o maior. Esses ganhos ou perdas são reconhecidos ao longo do tempo de serviço médio de trabalho remanescente esperado dos funcionários que participam dos planos. A partir de 1º de janeiro de 2013, ganhos e perdas atuariais passarão a ser reconhecidos em "outros resultados abrangentes" no patrimônio líquido, como comentado na Nota 4.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período médio até que o direito aos benefícios seja adquirido. Se o direito aos benefícios já tiver sido adquirido, custos de serviços passados são reconhecidos imediatamente após a introdução ou mudanças de um plano de aposentadoria.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação Corsan.

2.12) Impostos

Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do último exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor recuperável esperado ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que tem como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado

Imposto de renda e contribuição social diferidos

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Impostos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributárias não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributárias não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos impostos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado. Impostos diferidos ativos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos tributários diferidos sejam recuperados.

Impostos diferidos ativos e passivos são reconhecidos no ativo e passivo não circulante e mensurados pela taxa de imposto que se espera ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

Imposto diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de imposto diferido são reconhecidos de acordo com a transação que originou o imposto diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. Impostos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existe um direito legal ou contratual para compensar o ativo fiscal contra o passivo fiscal e os impostos diferidos são relacionados à mesma entidade tributada e sujeitos à mesma autoridade tributária.

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	Alíquotas
COFINS – Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP – Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%
ISS – Imposto sobre serviços	2% a 5%

Os serviços são apresentados na demonstração de resultados pelos seus valores líquidos dos respectivos impostos (receita líquida de serviços).

2.13) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela comercialização de produtos e prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

(I) Prestação de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência do período. As receitas de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e de serviços de irrigação não faturadas são contabilizadas na data da prestação do serviço, como contas a receber de clientes a faturar, com base em estimativas mensais, de forma que as receitas se contrapõem aos custos em sua correta competência.

(II) Contratos de construção

Um grupo de contratos de construção é tratado como um contrato de construção único quando: i) o grupo de contratos foi negociado como um pacote único; ii) os contratos estiverem tão diretamente interrelacionados que sejam, com efeito, parte do projeto único com margem de lucro global; e; os contratos são executados simultaneamente ou em sequência contínua. A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 17 Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico – financeiro de cada contrato. Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado, como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (4% em 2012 e 2011). A Companhia revisa anualmente suas margens. Em 31 de dezembro de 2012 não foram identificadas alterações relevantes. Quando o encerramento de um contrato de construção não puder ser estimado de forma confiável, a receita é reconhecida de forma limitada aos custos incorridos que serão recuperados.

(III) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.14) Dividendos e Juros sobre o capital próprio

O valor dos juros sobre o capital próprio é registrado como despesa financeira e para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros é revertida da Demonstração do Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido. A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios propostos calculados na forma da lei.

2.15) Demonstrações dos fluxos de caixa e valor adicionado

As demonstrações dos fluxos de caixa foram preparadas pelo método indireto e refletem as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com a deliberação CVM nº 641 de 07 de outubro de 2010, que aprovou o pronunciamento técnico CPC 03(R2) (IAS7) – demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

- Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e outras atividades que não são de investimento e de financiamento;
- Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;
- Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

A demonstração do valor adicionado (DVA) é apresentada de forma suplementar em atendimento à legislação societária brasileira e foi preparada de acordo com a deliberação CVM nº 557 de 12 de novembro de 2008, que aprovou o pronunciamento técnico CPC09 – demonstração do valor adicionado. Sua finalidade é evidenciar a riqueza criada pela Companhia durante o período, bem como demonstrar sua distribuição entre os diversos agentes (stakeholders).

2.16) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações trimestrais tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação de relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita. Em 31 de dezembro de 2012 os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos, o contas a receber de longo prazo e o contas a pagar de longo prazo, foram ajustados a seu valor presente.

2.17) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.18) Lucro líquido por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33). Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e consequentemente não há evento que possa diluir os dividendos atribuíveis às ações da Companhia, desta forma, o dividendo básico e o diluído são de idêntico valor.

2.19) Programa de participação nos resultados – PPR

No exercício são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Estes valores são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.20) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas e o valor contábil líquido exceder o valor recuperável, é constituída provisão para desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. O valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Na estimativa do valor em uso do ativo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes dos impostos que reflita o custo médio ponderado de capital para o segmento em que opera a unidade geradora de caixa. O valor líquido de venda é determinado, sempre que possível, com base em contrato de venda firme em uma transação em bases comutativas, entre partes conhecedoras e interessadas, ajustado por despesas atribuíveis à venda do ativo, ou, quando não há contrato de venda firme, com base no preço de mercado de um mercado ativo, ou no preço da transação mais recente com ativos semelhantes. Nas datas dos balanços não foram identificados fatores que indicassem a necessidade de constituição de provisão para o valor recuperável de ativos.

2.21) Custo de Empréstimo

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído para fins de uso são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo. Todos os demais custos com empréstimo são registrados como despesa no período em que ocorrerem. Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos incorridos por uma entidade relativos aos empréstimos. Conforme permitido pelo ICPC 01, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos intangíveis relacionados aos serviços de construção relacionados aos contratos de concessão de serviços públicos.

3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir.

Perda por Redução ao Valor Recuperável de Ativos não Financeiros

Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos dez anos e não incluem investimentos futuros significativos que melhorem a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como aos recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a natureza de longo prazo e a complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera. O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia. Imposto diferido ativo é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.

Valor Justo de Instrumentos Financeiros

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado, quando possível, contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores poderiam afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

Benefícios de Aposentadoria

O custo de planos de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, taxas de retorno de ativos esperadas, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas. Todas as premissas são revistas periodicamente. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. As premissas utilizadas estão descritas na nota 21.

Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

4. MUDANÇAS NAS POLÍTICAS CONTÁBEIS

Abaixo destacamos as normas já emitidas e que entraram em vigor neste exercício, as quais não causaram impacto às demonstrações financeiras da companhia:

- IAS 12 Imposto de Renda – Recuperação dos Ativos Subjacentes. Esta emenda esclareceu a determinação de imposto diferido sobre as propriedades de investimento mensurado pelo valor justo.

A seguir destacamos as normas já emitidas e que não entraram em vigor na data da elaboração destas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração tais normas não causarão impacto às demonstrações financeiras da companhia:

- IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras – Apresentação de itens de Outros Resultados Abrangentes.
- IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais (revisado em 2011) – Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 28 Consolidação de Investimentos em Associadas e Joint Ventures (revisado em 2011) – Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013.
- IAS 32 Clarifica as compensação de ativos e passivos, sendo sua vigência a partir de 1º de janeiro de 2014, a Companhia não espera efeitos relevantes às suas demonstrações financeiras.
- IFRS 7 Divulgações de instrumentos financeiros — Compensação de Ativos Financeiros e Passivos Financeiros – Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC.
- IFRS 9 Instrumentos Financeiros: Classificação e Mensuração – O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2015.
- IFRS 10 – Demonstrações Financeiras Consolidadas. Esta emenda entra em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013
- IFRS 11 – Empreendimentos Conjuntos – Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- IFRS 12 – Esclarece e requer divulgações específicas relativas a investimentos em outras empresas.
- IFRS 13 – Divulgação da participação em outras entidades – Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.
- A seguir destacamos a norma já emitida e que não entrou em vigor na data da elaboração destas demonstrações financeiras. Na avaliação da administração tais normas causarão impacto às demonstrações financeiras da companhia quando da sua adoção:
- IAS 19 Benefícios aos Empregados (Emenda) - Em 16 de junho de 2011, foi editado pelo IASB revisão da IAS 19 – Benefícios a Empregados, a ser aplicada obrigatoriamente a partir de 1º de janeiro de 2013. Essa norma revisada trouxe alterações que causarão impacto à Companhia, sendo que a principal alteração será a remoção do mecanismo do corredor. Esta norma revisada foi aprovada pelo CPC (Comitê de Pronunciamentos Contábeis) e pela Deliberação CVM nº 695/2012, onde, a partir de 1º de janeiro de 2013, os eventuais ativos ou passivos (decorrentes de ganhos ou perdas atuariais) passarão a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras tendo como contrapartida a conta de outros resultados abrangentes no Patrimônio Líquido. A Companhia estimou atuarialmente a perda não reconhecida em 31 de dezembro de 2012 em R\$ 813.578, como demonstrado na nota 21.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio divulgado pela Companhia.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos bancários	25.216	56.386
Aplicação de liquidez imediata	1.952	20.279
	27.168	76.665

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras totalizam R\$ 25.085 em 31 de dezembro de 2012 (R\$16.923 em 31 de dezembro de 2011) e referem-se, substancialmente, a certificados de depósitos bancários e fundos de renda fixa, remuneradas a taxas que variam entre 100% a 104% (100% a 104% em 31 de dezembro de 2011) do CDI, com liquidez diária.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	2012	2011
Contas a receber vincendas		
Particular	120.320	113.024
Pública	4.614	4.181
Contas a receber vencidas		
Particular	47.173	47.064
Pública	33.532	56.005
Receitas a faturar	49.173	49.224
Total de contas a receber	254.812	269.498
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(35.826)	(46.810)
	218.986	222.688
Circulante	213.844	213.461
Não circulante	5.142	9.227

Os valores de contas a receber vencidos estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2012		31/12/2011	
	Particular	Pública	Particular	Pública
Créditos vencidos – 01 a 30 dias	33.077	3.000	32.942	2.606
Créditos vencidos – 31 a 90 dias	6.666	3.187	4.748	5.034
Créditos vencidos – 91 a 180 dias	4.522	2.878	4.595	6.334
Créditos vencidos – 181 a 360 dias	1.251	494	1.084	7.304
Créditos vencidos – mais de 360 dias	1.657	23.973	3.695	34.727
	47.173	33.532	47.064	56.005

O saldo com o poder público corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de encontro de contas.

A conta receitas a faturar se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.13).

A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída considerando as contas a receber de usuários particulares vencidas há mais de 180 dias e faturas referentes aos serviços de água e esgoto de órgãos públicos que apresentam risco de perda.

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	2012	2011
Saldo no início do exercício	(46.810)	(34.241)
Adições	(12.372)	(12.586)
Reversões	23.356	17
Saldo no final do exercício	(35.826)	(46.810)

7. ESTOQUES

	31/12/2012	31/12/2011
Tubulações de água e esgoto	14.824	18.351
Materiais de tratamento/laboratório	15.977	7.943
Materiais diversos	10.278	8.137
	41.079	34.431

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo, à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados a aplicação em obras são classificados no intangível.

8. TRIBUTOS DIFERIDOS

	31/12/2012	31/12/2011
Classificados no Ativo		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	137.345	120.212
Classificados no Passivo		
Pasep e Cofins diferidos	10.727	12.068

a) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

De acordo com o CPC 32 vêm sendo registrados os créditos fiscais diferidos sobre as bases negativas de contribuição social sobre o lucro líquido. As bases destes créditos são as seguintes:

Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	2012	2011
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias		
Passivo atuarial	534.756	467.649
Provisão Fundação CORSAN	3.793	—
Provisão para riscos fiscais civis e trabalhistas	237.147	243.820
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	35.826	46.810
Provisões para perdas – diversas	58.644	65.229
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	87.480	86.376
Reserva de reavaliação	(89.489)	(93.685)
Efeitos da adoção do ICPC01 – contratos de concessão	(246.121)	(192.291)
Encargos financeiros capitalizados	(192.903)	(205.654)
Varição cambial tributada por regime de caixa	(42.486)	(53.303)
Outras provisões e diferenças temporárias	17.308	(11.386)
Total das diferenças temporárias	403.955	353.565
Alíquota vigente	34%	34%
Total do imposto de renda e contribuição social diferidos – líquido	137.345	120.212

A CORSAN adotou o regime tributário de transição – RTT, instituído pela Medida Provisória 449/08 convertida na Lei nº 11.941/09, anulando, assim, os efeitos tributários provenientes das alterações introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09. Desta forma, manteve-se a não tributação dos valores de doações governamentais para investimentos.

Conciliação alíquota efetiva

	2012	2011
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	247.551	328.813
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(84.167)	(111.796)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes: Juros sobre capital próprio	16.232	13.221
Incentivos fiscais	3.809	1.619
Outras diferenças permanentes	(958)	(576)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(65.085)	(97.533)
Corrente	(82.218)	(83.128)
Diferido	17.133	(14.405)
Alíquota efetiva	26%	30%

b) COFINS e PASEP Diferidos

A Provisão para tributos diferidos de COFINS e PASEP é calculada com base no faturamento de órgãos públicos. Com base na legislação fiscal, tributos sobre faturamento a órgãos públicos são tributados quando do recebimento.

	31/12/2012			31/12/2011		
	COFINS	PASEP	TOTAL	COFINS	PASEP	TOTAL
Diferimento receita de órgãos públicos	—	—	—	3.081	669	3.750
RTT e Outros	8.813	1.914	10.727	6.834	1.484	8.318
Total COFINS e PASEP	8.813	1.914	10.727	9.915	2.153	12.068
Valor registrado no passivo	(9.173)	(1.992)	(11.165)	(9.915)	(2.153)	(12.068)
Valor registrado no ativo	360	78	438	—	—	—

9. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2012	31/12/2011
Depósitos bloqueados	2.697	2.608
Créditos com prefeituras municipais	3.035	4.012
Adiantamento de férias	6.542	6.492
Indenizações Judiciais a receber	3.574	3.569
Por serviços ou obras prestados a terceiros	978	1.055
Valores a compensar	1.915	1.935
Créditos diversos	693	1.830
	19.434	21.501
Circulante	12.242	13.686
Não circulante	7.192	7.815

10. ATIVOS FINANCEIROS – CONTRATOS DE CONCESSÃO

	31/12/2012	31/12/2011
Ativos Financeiros	718.116	718.453
(-) Ajuste a valor presente	(306.435)	(324.601)
	411.681	393.852

Movimentação do ativo financeiro:

	31/12/2012	31/12/2011
Saldo no início do exercício	393.852	368.890
Realização de AVP	18.166	25.297
Bens em comodato	(337)	(335)
Saldo no final do exercício	411.681	393.852

Transferência de Bens e Serviços

Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a CORSAN fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98 por decisão do Superior Tribunal de Justiça foi susgado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora, já tivessem sido entregues. O saldo deste imobilizado em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$31.696 e foi reclassificado para o ativo financeiro quando da aplicação do ICPC 01.

Em atendimento a decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS a CORSAN fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetos ao Município de Uruguaiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2012 totaliza R\$8.620 (R\$8.620 em 31 de dezembro de 2011) e foi reclassificado para o ativo financeiro.

11. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do Imobilizado
Saldos em 2011	22.190	265.318	23	287.531
Adições	—	12.262	—	12.262
Baixas	(21)	—	—	(21)
Transferências	—	3.188	—	3.188
Provisões	—	(4.771)	—	(4.771)
Saldos em 2012	22.169	275.997	23	298.189
Depreciação				
Saldos em 2011	(14.408)	(189.059)	—	(203.467)
Depreciações	(884)	(10.658)	—	(11.542)
Saldos em 2012	(15.292)	(199.717)	—	(215.009)
Saldos líquidos em 2011	7.782	76.259	23	84.064
Saldos líquidos em 2012	6.877	76.280	23	83.180

A Companhia avaliou seus estoques de componentes para obras e constituiu provisão para perda com deterioração no montante de R\$ 4.771. A depreciação do exercício apropriada ao resultado foi de R\$ 8.826 (R\$ 8.424 em 2011) como custo do serviço prestado, R\$ 1.143 (R\$1.150 em 2011) como despesa comercial e R\$1.573 (R\$1.438 em 2011) como despesa administrativa. Sob a rubrica "sistemas de esgotos" são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.

Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades não relacionadas à concessão pública.

12. ATIVO INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do Intangível
Saldos em 2011	540.728	359.569	76.661	756.297	1.733.255
Adições	7.710	3.086	8.983	268.563	288.342
Baixas	(26)	(13)	(5)	—	(44)
Transferências	14.925	3.401	1.583	(23.097)	(3.188)
Saldos em 2012	563.337	366.043	87.222	1.001.763	2.018.365
Amortização					
Saldos em 2011	(101.827)	(44.971)	(33.288)	—	(180.086)
Amortizações	(29.868)	(15.797)	(5.637)	—	(51.302)
Saldos em 2012	(131.695)	(60.768)	(38.925)	—	(231.388)
Saldos líquidos em 2011	438.901	314.598	43.373	756.297	1.553.169
Saldos líquidos em 2012	431.642	305.275	48.297	1.001.763	1.786.977

A amortização do exercício apropriada ao resultado foi de R\$ 51.302 (R\$ 53.792 em 2011) como custo do serviço prestado. Sob a rubrica "bens de uso geral" são registrados imóveis e equipamentos necessários, à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos tem vida útil específica. O valor dos custos de empréstimo capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2012 é de R\$16.129 (R\$12.810 em 2011). A taxa utilizada para determinar o montante dos custos de empréstimo passíveis de capitalização foi de 7,3%.

13. SEGUROS

A Companhia não adota política de contratação de seguros para os seus ativos.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2012	31/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
Banco do Brasil	TR	7,44%	31/03/14	46.192	40.860	10.623	51.075
Banco Nacional de Desenvolvimento	TJLP	2,61%	15/04/23	13.458	8.364	127.433	101.258
BID – Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	8.583	7.988	52.192	54.753
Caixa Econômica Federal				18.501	21.808	90.233	81.600
Caixa Econômica Federal	UPR	6%	17/02/30	13.558	8.944	82.522	59.417
Secretaria do Tesouro Nacional	UPR	8%	28/12/15	4.943	12.864	7.711	22.183
PIMES – Progr. Integr. Melhoria Social	TR	11,00%	20/02/16	239	620	513	748
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	146	146	1.007	1.039
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	2.516	5.829	19.762	17.977
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	365	261	3.753	3.128
				90.000	85.876	305.516	311.578

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Baía Hidrográfica do Guaíba.

Os financiamentos com a Prefeitura Municipal de Encantado, com a Prefeitura Municipal de Osório e com a Prefeitura Municipal de Torres foram contratados junto à Caixa Econômica Federal visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

Os demais empréstimos e financiamentos foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgoto e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os empréstimos e financiamentos estão garantidos pela arrecadação da receita da CORSAN, até o limite do saldo devedor de cada contrato na data dos balanços. Os contratos da Companhia não tem cláusulas financeiras restritivas ("covenants"). O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2014	44.094
2015	30.296
2016	27.996
2017	27.654
Após 2017	175.476
	305.516

15. DEBENTURES

Em 2 de dezembro de 2010 a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR. Serão emitidas 100 debêntures no valor total de R\$ 57.509, em 03 séries, sendo emitidas 28 debêntures na primeira, 30 debêntures na segunda série e 42 debêntures na terceira série.

Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não Circulante	
		2012	2011	2012	2011
1ª Emissão	TJLP	1,92%	45	—	16.102
			45	—	16.102

Em 31 de dezembro de 2012 apenas recursos da primeira emissão foram captados. São 28 (vinte e oito) debêntures simples, nominativas e não conversíveis em ações, com data de emissão de 16 de abril de 2012, com 3 anos de carência do principal e vencimentos em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais, sendo que a última parcela será liquidada em 16 de maio de 2022. Os recursos das debêntures ingressaram na Companhia, no mês de abril de 2012, no montante de R\$16.212. As debêntures recebem uma remuneração paga anualmente, a taxa de juros equivalente a 1,92% a.a., acima da TJLP, sobre o saldo devedor de principal das debêntures. Os custos de captação não foram relevantes.

De acordo com a cláusula 7ª do contrato nº 10.2.1772.2, a emitente se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato de promessa de subscrição e da escritura, uma aplicação vinculada com saldo não inferior a R\$2.220. Em 31 de dezembro de 2012, o saldo dessa aplicação financeira é de R\$2.753.

A escritura inclui uma cláusula de "Obrigações Especiais da Emitente", com a obrigação de manter, durante a vigência das debêntures até o seu vencimento final, os seguintes índices, apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

Índices	Metas
Endividamento Líquido Total/EBTIDA	Igual ou inferior a 2,1
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida Total	Igual ou superior a 1,9
Investimentos/Receita Líquida	Igual ou inferior a 26%

Em 31 de dezembro de 2012, a Companhia está cumprindo estes compromissos.

16. FORNECEDORES

	31/12/2012	31/12/2011
Fornecedores de materiais e serviços	86.935	84.257
Parcelamento – DMAE	4.460	9.575
Parcelamento – Fundação (Nota 24.b.2)	9.768	13.635
	101.163	107.467
Circulante	95.549	94.125
Não circulante	5.614	13.342

O parcelamento com o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DMAE) refere-se à compra de água bruta para os Municípios de Eldorado do Sul e Viamão.

Em 31 de dezembro de 2012, o montante dos compromissos com fornecedores, não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2014	3.842
2015	1.772
	5.614

17. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES – PARCELAMENTOS

Imposto ou contribuição	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2012	21/12/2011	31/12/2012	31/12/2011
PASEP	SELIC		31/10/10	—	1	—	—
INSS	UFIR	1% a.m	20/04/13	402	1.169	—	390
				402	1.170	—	390

Em 31 de dezembro de 2012, os compromissos com impostos e contribuições apresentados no passivo não circulante vencem no segundo semestre de 2013.

18. OUTROS DÉBITOS

	31/12/2012	31/12/2011
Consignações a recolher	4.034	3.798
Dépósitos e retenções contratuais	3.391	2.817
Custo regulação AGERGS *	364	312
Outras contas a pagar	2.685	1.659
	10.474	8.586

*Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos

19. CONTRATO DE REPASSE DO ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO – OGE

Foi assinado contrato de repasse entre o Estado do Rio Grande do Sul, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento e Promoção do Investimento – SDPI, representado pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul – Banrisul, e a CORSAN, que têm por finalidade a implantação de sistema de abastecimento de água do Distrito Industrial de Guaíba. A CORSAN, na qualidade de executora, receberá os recursos financeiros para execução das obras e garantirá a contrapartida do contrato. Os valores serão transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação e montam R\$4.315. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012 foi repassado o valor de R\$3.248.

20. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, CIVEIS E TRABALHISTAS

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo não circulante, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável e foram contabilizadas conforme a expectativa de perda "provável", com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas é composta como segue:

	2012		2011	
	Trabalhista	Civil e fiscal	Trabalhista	Civil e Fiscal
Saldo inicial	163.062	100.758	121.504	99.392
Adições	119.487	29.230	137.602	51.942
Pagamentos/Reversões	(106.572)	(55.125)	(99.855)	(52.877)
Despesa financeira	4.173	2.134	3.811	2.301
Saldo Final	180.150	76.997	163.062	100.758
Total		257.147		263.820
Circulante		83.285		48.849
Não circulante		173.862		214.971

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	2012	2011
Saldo inicial	156.369	126.902
Adições	181.885	127.662
Pagamentos/Reversões	(198.675)	(98.195)
Saldo final	139.579	156.369
Circulante	64.529	46.844
Não circulante	75.050	109.525

As principais contingências provisionadas são:

Ações trabalhistas

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA – A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, onde os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, onde foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2012, R\$50.029 (R\$46.141 em 31 de dezembro 2011).

b) Outras reclamatórias trabalhistas – Estas se referem a reclamatórias movidas por empregados, ex–empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.154 ações. Em 31 de dezembro de 2012 a provisão referente a outras reclamatórias trabalhistas totaliza R\$130.121 (R\$116.921 em 31 de dezembro de 2011).

Dentre as ações trabalhistas, existem aquelas com prognósticos de perdas possíveis para as quais a Companhia não constituiu provisão, no valor de R\$50.013 em 31 de dezembro de 2012 (R\$54.098 em 31 de dezembro de 2011).

Ações cíveis e fiscais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda (e como solidária Andrade Gutierrez) - Em setembro de 2009, foi contabilizada provisão referente a processo de execução de sentença promovida em face da sentença proferida no feito 026/1.03.0001236-1 - ENC Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. Todas as decisões proferidas foram desfavoráveis à Construtora Andrade Gutierrez S/A, que foi condenada a ressarcir a referida demandante, sendo que a CORSAN deverá efetuar esse ressarcimento, em face da denunciação da lide proposta pela Construtora Andrade Gutierrez S/A. Foi depositado judicialmente em 01 de outubro de 2009 para viabilizar a impugnação dos cálculos da exequente pela CORSAN, o montante de R\$31.041, objetivando estancar a fluência dos juros moratórios e correção monetária. Por decisão do Tribunal de Justiça no Agravo de Instrumento nº 70041657404, complementada pela decisão dos Embargos Declaratórios nº 70044889103, em 12 de dezembro de 2012, conforme Alvará 103124502012 da 1ª Vara da Comarca de Santa Cruz do Sul, foi autorizado o levantamento do valor depositado judicialmente, e pago para a Construtora Andrade Gutierrez S/A. A CORSAN interpsó Agravo de Instrumento para o STJ.

b) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Num segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo a Companhia é parte em 1.467 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2012 o montante de R\$55.108 (R\$67.811 em 31 de dezembro de 2011).

A Companhia, também, é demandada judicialmente em ações cíveis e fiscais para as quais não foram constituídas provisões, por terem prognósticos de perdas possíveis, no valor de R\$117.027 em 31 de dezembro de 2012 (R\$130.291 em 31 de dezembro de 2011). Dessas ações, existem 2.385 ações ajuizadas pelo Ministério Público Estadual, Promotoria de Rio Grande e Passo Fundo, que montam R\$42.432 em 31 de dezembro de 2012 (R\$75.070 em 31 de dezembro de 2011).

c) Em 29 de agosto de 2012 a CORSAN recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.537 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Funcorsan. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado.

21. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2012	31/12/2011
Plano de benefício definido	267.416	291.752
Sistema de assistência IPE–SAÚDE	67.572	62.086
Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"	199.768	113.811
	534.756	467.649

a) Plano de aposentadoria

O plano de benefícios "BD nº 001", é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela FUNCORSAN, destinado aos empregados e ex–empregados da patrocinadora CORSAN, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre os quais incidirão contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto FUNCORSAN).

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio–doença, pensão, auxílio–reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto FUNCORSAN, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo):

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

	31/12/2012	31/12/2011
(1) Obrigações atuariais	1.689.163	1.255.727
(2) Valor justo dos ativos do plano	(794.274)	(694.393)
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	894.889	561.334
(4) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	476.615	118.554
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3 - 4)	418.274	442.780
(6) Contratos de débitos do empregador com o plano	(150.858)	(151.028)
(7) Passivo atuarial provisionado (5+6)	267.416	291.752

A Companhia possui contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinadora FUNCORSAN no valor de R\$150.858 em 31 de dezembro de 2012 (R\$151.028 em 31 de dezembro de 2011).

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2012 e 2011 foi a seguinte:

	2012	2011
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	442.780	481.053
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	30.866	12.962
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(55.372)	(51.235)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	418.274	442.780

A origem da despesa reconhecida durante os anos de 2012 e 2011 é explicada no quadro a seguir:

	2012	2011
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	37.230	16.143
(2) Contribuições esperadas de participantes	(29.468)	(29.312)
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	152.979	93.420
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(72.597)	(63.914)
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	21.943	(3.375)
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	110.087	12.962

b) Sistema de assistência à saúde IPE–SAÚDE

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no "Termo de Contrato de Prestação de Serviços" celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE – Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE–SAÚDE corresponde a 8,9% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à CORSAN. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela FUNCORSAN.

Conciliação dos (ativos) e passivos reconhecidos

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes à apuração do passivo (ativo) a ser contabilizado:

	31/12/2012	31/12/2011
(1) Obrigações atuariais	216.325	72.859
(2) Valor justo dos ativos do plano	—	—
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	216.325	72.859
(4) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	148.753	10.773
(5) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3 - 4)	67.572	62.086
(6) Contratos de débitos do empregador com o plano	—	—
(7) Passivo atuarial provisionado	67.572	62.086

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os anos de 2012 e 2011 foi a seguinte:

	2012	2011
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	62.086	57.988
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	9.826	6.024
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(4.340)	(1.926)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	67.572	62.086

A origem da despesa reconhecida durante o ano de 2012 assim como a projeção da despesa a reconhecer no ano de 2012 são explicadas no quadro a seguir:

	2013	2012	2011
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	2.193	1.979	116
(2) Contribuições esperadas de participantes	—	—	—
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	7.405	7.530	5.908
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	—	—	—
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	8.505	317	—
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	18.103	9.826	6.024

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

c) Suplementação provisória de proventos "PAI/SPP"

A CORSAN assegura um benefício de Suplementação provisória de proventos aos funcionários, conforme estabelecido no Acordo Coletivo Intersindical 2012 – 2013.

Para recebimento do benefício, o participante deve cumprir os seguintes requisitos, cumulativamente:

c.1) Indenização de pagamento único

- Adedir ao Plano de Demissão Voluntária (PDV) entre 01 de janeiro e 30 de abril de 2012;
- Ter 54 anos de idade completos ou mais;
- Possuir mais de 10 anos de vínculo empregatício com a CORSAN no período anterior a 01 de maio de 2011;
- O valor da indenização dependerá da idade do empregado na data de adesão ao PDV, não podendo exceder ao teto de R\$ 220.000, conforme segue:
 - 54 anos: 21 remunerações base;
 - 55/56 anos: 19 remunerações base;
 - 57/58 anos: 17 remunerações base;
 - 59/60 anos: 10 remunerações base;
 - 61 anos ou mais: 5 remunerações base.

c.2) Indenização mensal

- Ter 54 anos de idade completos ou mais;
- Ter concedida aposentadoria pela Previdência Social;
- Estar vinculado a FUNCORSAN, há pelo menos 5 anos, de forma que venha a cumprir o período de carência de 10 anos nos próximos 60 meses;
- Estar desligado da CORSAN.

	31/12/2012	31/12/2011
(1) Obrigações atuariais	387.978	381.827
(2) Valor justo dos ativos do plano	—	—
(3) Valor presente das obrigações a descoberto (1+2)	387.978	381.827
(4) Perdas ou (ganhos) atuariais não reconhecidos	188.210	184.417
(5) Custo do Serviço Passado não reconhecidos	—	83.599
(6) Passivo/(ativo) atuarial líquido total reconhecido (3-4-5)	199.768	113.811
(7) Contratos de débitos do empregador com o plano	—	—
(8) Passivo/(ativo) atuarial provisionado	199.768	113.811

	2012	2011
(1) Passivo/(ativo) atuarial líquido no início do ano	113.811	113.617
(2) Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	144.908	11.337
(3) Contribuições do empregador vertidas no ano	(58.951)	(11.143)
(4) Passivo/(ativo) atuarial líquido no final do ano (1+2+3)	199.768	113.811

	2012	2011
(1) Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	27.713	12.858
(2) Contribuições esperadas de participantes	—	—
(3) Custo de juros sobre as obrigações atuariais	14.963	35.157
(4) Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	—	—
(5) Custo de amortizações de (ganhos)/perdas atuariais	18.542	96.893
(6) Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	61.218	144.908

d) Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

Econômicas e financeiras	2012	2011
Taxa de desconto atuarial – real	3,80% a.a.	5,50% a.a.
Taxa de desconto atuarial – nominal	9,14% a.a.	10,78% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos – real	3,88% a.a.	6,40% a.a.
Taxa de retorno esperado dos ativos – nominal	9,22% a.a.	11,72% a.a.
Taxa de crescimento salarial – nominal*	2,00% a.a.	7,10% a.a.
Taxa de crescimento dos benefícios – nominal	Não considerado	5,00% a.a.
Inflação projetada	5,14% a.a.	5,00% a.a.
Fator de capacidade	98,00%	98,00%

* o crescimento salarial é projetado de forma linear até a idade 54 anos, conforme identificado nos estudos sobre a adequação de premissas realizado durante o ano de 2009.

Demográficas	2012	2011
Tábua de mortalidade geral	AT 83 male	AT 83 male
Tábua de mortalidade de inválidos	AT 49 male	AT 49 male
Tábua de entrada em invalidez	Light Média	Light Média
Tábua de rotatividade	Não aplicado	Não aplicado
Entrada em aposentadoria	100% na elegibilidade	100% na elegibilidade
Composição familiar	Benefícios a conceder: família real informada benefícios concedidos: família real informada	Experiência

O retorno real sobre os ativos do plano em 2012 foi de R\$86.846 (R\$70.082 em 2011).

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

	Alocação dos ativos até 31 de dezembro em %		Alocação dos ativos conforme determinação na Lei 3.792/2006 porcentagem ou faixa de porcentagem
	2012	2011	
Renda fixa	76,54%	73,79%	100%
Renda variável	10,64%	10,75%	70%
Carteira de imóveis	7,87%	9,56%	8%
Empréstimos	4,55%	5,38%	15%
Outros	0,40%	0,51%	20%
Total	100%	100%	

Em 01 de maio de 2011, foi reformulado o Plano de Demissão Voluntária – PDV, com prazo para adesão de 01 de janeiro de 2012 a 30 de abril de 2012, onde 521 funcionários aderiram ao plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2012, 426 funcionários se desligaram da empresa, gerando uma despesa de R\$58.951. A Companhia reconheceu, em 31 de dezembro de 2012, um ajuste líquido na avaliação atuarial entre as provisões do plano de benefício pós-emprego, "IPÊ SAÚDE" e "PAI/SPP" de R\$19.173. Esse ajuste foi realizado com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data base. O saldo da provisão para benefício pós-emprego montou R\$534.756 em 31 de dezembro de 2012 (R\$467.649 em 31 de dezembro de 2011). Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, a partir de 1º de janeiro de 2013 os eventuais ativos ou passivos (decorrentes de ganhos ou perdas atuariais) passarão a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras tendo como contrapartida a conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio Líquido. A Companhia estimou atuarialmente a perda não reconhecida em 31 de dezembro de 2012 em R\$ 813.578.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 28 de dezembro de 2011, com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, o Conselho de Administração aprovou o aumento de capital social da Companhia em R\$153.509, mediante a emissão de 124.100.896 ações nominativas, sendo 62.050.448 ordinárias e 62.050.448 preferenciais. O aumento foi subscrito e integralizado pelo Estado do Rio Grande do Sul, com base em créditos detidos pelo mesmo relativamente a repasses do Orçamento Geral da União – OGU.

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia registrou como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$ 34.084 (R\$15.179 em 31 de dezembro de 2011), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU. Com base neste aumento o capital social da Companhia passou a ser R\$657.351, estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total de ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	265.709.454	265.709.454	531.418.908	99,9999247298	99,9999247298	99,9999247298
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000188175	0,00000188175	0,00000188175
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000112905	0,00000112905	0,00000112905
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000075270	0,00000075270	0,00000075270
	265.709.474	265.709.474	531.418.948	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembléia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei. Em 31 de dezembro de 2012 e 2011, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros Resultados Abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida foi constituída reserva de reavaliação do patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2012 monta R\$88.959 (R\$91.261 em 31 de dezembro de 2011).

Com a aplicação do ICPC01 – Contratos de concessão o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foram considerados como o valor justo do ativo intangível relacionados à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009 e, a reserva de reavaliação, transferida para a conta de "outros resultados abrangentes". Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2012 totalizou R\$2.302, líquido dos efeitos tributários.

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que do lucro líquido apurado, 25% (vinte e cinco por cento) será destinado aos acionistas como dividendos, na proporção das ações que os mesmos possuírem. A ação preferencial possui prioridade na distribuição de dividendos no mínimo 10% (dez por cento) superiores aos atribuídos a cada ação ordinária.

O valor dos dividendos obrigatórios é determinado com base no lucro líquido ajustado, conforme demonstra a seguir:

	2012	2011
Lucro líquido do exercício	182.466	231.280
(-) Reserva legal (5%)	(9.123)	(11.564)
Base de cálculo para dividendos	173.343	219.716
Dividendo mínimo obrigatório	43.336	54.929
Juros sobre capital próprio imputado ao dividendo	47.742	38.436
Dividendo complementar proposto	—	16.493
Total	47.742	54.929
	28%	25%

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são:

Dividendos obrigatórios	Número de ações	Dividendo proposto	Dividendo por ação
Ações ordinárias	265.709.474	22.734	0,08556
Ações preferenciais	265.709.474	25.008	0,09412
	531.418.948	47.742	

De acordo com a Lei nº 9.249/95, a Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2012, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 47.742 (R\$ 38.886 no exercício findo em 31 de dezembro de 2011), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do lucro antes do imposto de renda. Conforme previsto pela legislação fiscal, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$16.232, (R\$13.221 em 31 de dezembro de 2011) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

Para fins de divulgação e adequação às práticas contábeis, a despesa referente aos respectivos juros foi revertida na Demonstração de Resultado na linha de despesas financeiras para a conta de lucros ou prejuízos acumulados na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

A Companhia imputou o valor líquido dos juros creditados a título de remuneração do capital próprio aos dividendos obrigatórios líquido do imposto de renda retido na fonte (IRRF).

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, e constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

A administração propõe, sujeito a aprovação da Assembléia Geral, a destinação do montante de R\$127.902 para constituição da reserva de retenção de lucros. Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembléia Geral Ordinária.

23. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a CORSAN e o Estado do Rio Grande do Sul, os saldos existentes são:

	2012	2011
Contas de água e esgoto – Saldo a receber	13.166	38.374
Aplicações no caixa único do Estado	458	176
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(62.912)	(58.187)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	—	(16.492)

Criado pelo Decreto nº 33.959 de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõe a Dívida Pública Estadual. Em 31 de maio de 2012, a Companhia recebeu do Estado do Rio Grande do Sul o valor de R\$ 748, referente a rendimentos das aplicações efetuadas no caixa único do estado.

b) Fundação CORSAN – FUNCORSAN

b.1) Contratos de dívidas

Contratos	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				2012	2011	2012	2011
Contrato 1298	INPC	6% a.a.	31/03/18	2.777	2.621	9.751	11.073
Contrato 122001	Média INPC/IPCI/IGP-M e IGP-DI	6% a.a.	21/12/20	14.798	13.925	80.057	83.840
Contrato 122005	(*)		01/12/18	4.032	3.083	39.443	36.486
				21.607	19.629	129.251	131.399

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 31 de dezembro de 2012, o montante dos compromissos com a FUNCORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2014	21.620
2015	21.620
2016	21.620
2017	21.620
Acima de 2017	42.771
	129.251

b.2) Contas a pagar – Fundação CORSAN

O valor referente à compra do imóvel objeto do Instrumento Particular FC 070/2010, está registrado na rubrica fornecedores (vide nota 16), no montante de R\$ 9.768, o qual está sendo pago em 60 parcelas mensais, até julho de 2015, acrescidas de juros compensatórios de 7,5%, calculados pela Tabela Price, atualizados monetariamente de acordo com a variação acumulada do INPC/IBGE.

c) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2012 é de R\$3.210 (R\$ 3.245 em 31 de dezembro de 2011).

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 E 2011

(Em milhares de reais – R\$, exceto quando indicado de outra forma)

24. RECEITA LÍQUIDA

A CORSAN opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços, apresenta a seguinte composição:

	2012	2011
Serviços de abastecimento de água	1.555.949	1.441.991
Serviços de esgoto	90.588	79.952
Receita de vendas	7	272
Outras receitas de serviços prestados	2.896	719
Receitas de construção	239.939	179.628
Impostos e devoluções sobre receita serviços	(157.009)	(143.652)
	1.732.370	1.558.910

25. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

A Companhia optou por apresentar a demonstração do resultado por função. Conforme requerido pelo IFRS, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	2012	2011
Pessoal	643.079	546.306
Materiais	87.285	78.568
Energia elétrica	138.554	129.406
Serviços de terceiros	156.770	127.096
Gerais	112.403	77.971
Depreciações e amortizações	62.844	64.804
Provisões	52.768	34.898
Custos de construção	229.805	172.606
Outras receitas/despesas operacionais	3.930	3.380
	1.487.438	1.235.035

Classificados como:

Custos dos serviços	1.125.410	905.212
Despesas comerciais	40.420	56.018
Despesas administrativas	317.678	270.425
Outras receitas/despesas operacionais	3.930	3.380
	1.487.438	1.235.035

26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2012	2011
Receitas financeiras	62.123	74.901
Acréscimos por inadimplementos	20.958	19.824
Variações monetárias ativas	10.643	14.638
Receitas financeiras pela realização de AVP	18.166	25.297
Variações cambiais ativas	7.850	9.756
Outras receitas financeiras	4.506	5.386
Despesas financeiras	(59.504)	(69.963)
Juros e taxas sobre financiamentos	(11.226)	(15.497)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(11.456)	(15.021)
Variações monetárias passivas	(23.982)	(23.012)
Variações cambiais passivas	(12.840)	(16.433)
Resultado financeiro líquido	2.619	4.938

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

a) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contra parte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que individualmente representem mais que 5% do total do contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

b) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar. A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	Total
Empréstimos e financiamentos	95.448	106.849	211.554	413.851
Debêntures	45	4.110	12.303	16.458
Fornecedores	95.574	5.648	—	101.222
Dívidas com Fundação Corsan	22.903	68.751	68.254	159.908
	213.970	185.358	292.111	691.439

c) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxa de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras. A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possuía exposição na data base de 31 de dezembro de 2012, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2012 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	(perdas) / ganhos financeiros					
		2012	Queda 25%	Queda 50%	Cenário Provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(193.850)	(4.497)	(3.748)	(5.622)	(7.027)	(8.432)
Empréstimos	TJLP	(140.891)	(6.199)	(5.166)	(7.749)	(9.686)	(11.624)
Empréstimos	US Dólar	(60.775)	18.669	25.686	8.142	(5.016)	(18.174)
Debêntures	TJLP	(16.147)	(710)	(592)	(888)	(1.110)	(1.332)
		(411.663)	7.262	16.181	(6.117)	(22.840)	(39.562)
Indexador	TR / UPR		2,32	1,93	2,90 *	3,63	4,35
	TJLP		4,40	3,67	5,50 **	6,88	8,25
	US Dólar	2,09	1,45	1,21	1,81***	2,26	2,72

Fontes: * Portal Brasil ** BNDES – Banco Nacional do Desenvolvimento *** Focus – Relatório de Mercado

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (covenants) previstos no contrato de debêntures. Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011. O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	31/12/2012	31/12/2011
Empréstimos e financiamentos	14	395.516	397.454
Debêntures	15	16.147	—
Fornecedores	16	101.163	107.467
Dívida Funcorsan	23b	150.858	151.028
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(27.168)	(76.665)
(-) Aplicações financeiras	5	(25.085)	(16.923)
Dívida líquida		611.431	562.361
Patrimônio		1.213.772	1.079.048
Capital social e dívida líquida		1.825.203	1.641.409
Quociente de alavancagem		33,5%	34,26%

Porto Alegre, 31 de dezembro de 2012.

Arnaldo Luiz Dutra
Diretor Presidente
CPF nº 344.285.850-04

Eduardo Antônio Peters
Diretor Financeiro e de
Relações com Investidores
CPF nº 406.611.130-00

André Passos Cordeiro
Diretor Administrativo
CPF nº 509.848.100-72

Ricardo Röver Machado
Diretor de Operações
CPF nº 414.061.500-10

Luiz Fernando Jochims
Diretor de Expansão
CPF nº 291.745.620-53

Júlio César Riemenschneider de Quadros
Diretor Comercial
CPF nº 423.567.500-10

Antonio Gomes
Diretor Técnico
CPF nº 266.196.100-30

Ivan Edenio de Andrade
Superintendente de Contabilidade
Contador CRC/RS nº 044547/O-6
CPF nº 453.273.190-91

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN
Porto Alegre- RS

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento - CORSAN em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board – IASB e com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Examinamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e como informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Porto Alegre, 12 de março de 2013.

ERNST & YOUNG TERCO

Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6/FRS

Luis Carlos de Souza
Contador CRC-1SC021585/O-4

PARECER DO CONSELHO FISCAL

“Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, abaixo firmados, no exercício de suas funções legais e estatutárias, em reunião realizada nesta data, examinaram o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis comparativas, compreendendo: Balanço Patrimonial, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, Demonstração do Resultado, Demonstração dos Fluxos de Caixa, Demonstração do Valor Adicionado, Demonstração do Resultado Abrangente, Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis, Parecer dos Auditores Independentes relativos ao Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2012, e Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício. Foi verificado que a proposta do dividendo total relativa ao exercício de 2012, que está sendo encaminhada pela Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN à aprovação dos acionistas na Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 2013, contempla o pagamento sob a forma de dividendos e juros sobre o capital próprio. Os dividendos obrigatórios apurados (25% sobre o lucro) atingiram a cifra de R\$ 43.336 mil, sendo que a Companhia registrou, no decorrer do exercício de 2012, o valor de R\$ 47.742 mil, correspondente ao valor de juros sobre o capital próprio, já líquido de imposto de renda retido na fonte, não restando, portanto, nenhum valor a ser creditado a título de Dividendo relativo ao exercício de 2012. Com base nos exames efetuados pelos Auditores Independentes da empresa Ernst & Young Terco e à vista do Parecer, o Conselho Fiscal delibera favoravelmente à aprovação dos referidos documentos pela Assembleia Geral Ordinária da CORSAN.

Porto Alegre, 13 de março de 2013.

ROQUE JOSÉ COIMBRA WERLANG

SAMIR CUBAL

JOÃO CARLOS VIEIRA GEDIEL

MANIFESTAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Os abaixo-assinados, membros do Conselho de Administração da Companhia Riograndense de Saneamento – CORSAN, no uso das atribuições legais e estatutárias, tendo examinado o Relatório Anual da Administração, as Demonstrações Contábeis e a Proposta de Destinação do Lucro Líquido do Exercício, referente ao exercício findo em trinta e um de dezembro de dois mil e doze, ante os esclarecimentos prestados pela Diretoria e considerando os Pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, deliberam favoravelmente sobre os referidos documentos e propõem sua aprovação por parte dos Acionistas da Companhia.

Porto Alegre, 14 de março de 2013.

MARCEL MARTINS FRISON
Presidente do Conselho

ARNALDO LUIZ DUTRA
Conselheiro

CELSO ALBERICI
Conselheiro

VERA MARIA SPOLIDORO DE CUADRADO
Conselheiro

NEY DA SILVA PADILHA
Conselheiro